



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, em primeira chamada às quatorze horas e dezesseis minutos, segunda chamada quatorze horas quarenta minutos iniciou-se a reunião extraordinária de forma online do Conselho Municipal de Saúde do Município de Maricá, através do aplicativo zoom, estavam presente os conselheiros a seguir: Titulares presencial: Bruno de Souza Lougon, Marcos de Souza Pires, Leonardo Lemos Picini, Maria Catarina dos Santos Cunha, Antônio Carlos do Rego e Souza, Claudia Rogéria de Lima Souza, Luiz Paulo da Silva, Rogério Amaro da Silva e Rodrigo Cantini. Suplente: Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Jorge Alberto Rispoli, Adriana Domingues Picanço, Sérgio Henrique Vieira Campelo. O Presidente Bruno abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da mesma com pauta única. **Primeiro ponto da pauta:** Apresentação do Relatório de Prestação de Contas do SUS, referente ao 3º quadrimestre de 2021. O Presidente leu o ofício nº 69/SMS/2022, enviado pela Secretaria de Saúde solicitando reunião extraordinária para a apresentação do referido relatório. Em seguida passou a palavra para a Sra. Mônica Gonçalves do Planejamento da SMS, que inicia sua fala fazendo uma síntese do assunto em tela, iniciou a apresentação do relatório trimestral 2021, afirma que é referente ao período de setembro a dezembro de 2021, explica que esse relatório é previsto pela lei 141, é feito no mês seguinte ao final do período, sendo que o terceiro quadrimestre sempre é até o final de fevereiro do ano seguinte, nele nós explicamos e demonstramos a execução física financeira das ações da secretaria durante o ano, porquê é apresentação das aplicação dos recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde, diz que no decorrer da apresentação se tiver alguma dúvida pode ir perguntando. Diz que modelo do é do sistema DIGISUS, onde são inseridos os dados dos instrumentos planejamento da Secretaria de saúde, o sistema começa com a identificação do município, Área população, densidade populacional e a região de saúde, essa população de 167.668 habitantes é a projeção do IBGE 2021 quando chega por volta de agosto setembro de cada ano o IBGE faz uma projeção populacional para aquele 2021. A projeção de 2022 só a partir de setembro, explica os dados de preenchimentos, cita as internações pelas causas dos Capítulos do CID 10, entre outras causas/doenças, valores por procedimentos. O Conselheiro Leonardo pergunta sobre o número de internação ocorrida entre janeiro a dezembro em Maricá, que daria uma média de 24 pessoas internadas por dia. A Sra. Mônica afirma que seria essa média mesmo de internação por dia, nos hospitais só do município. O Conselheiro Leonardo pergunta se nas doenças infecciosas e parasitárias estão contidos os atendimentos hospitalares por covid-19 e se vai ter uma parte exclusiva com valores do Covid-19. A Sra. Mônica afirma que sim, está contida dentro doenças infecciosas e parasitárias e que os valores estão juntos ao montante, quando for realizado o relatório anual esses valores serão discriminados detalhadamente. O Conselheiro Leonardo chama a atenção dos demais Conselheiros para Capítulo 7, doenças do olho e anexos nos últimos quadrimestre estão R\$ 275 reais que deve ter sido provavelmente um atendimento ou dois atendimentos em 4 meses em doença do olho. A Sra. Mônica responde que foram dois atendimentos, mas pode ter feito 10 e ter tido um corte pelo sistema e pago só dois. O Conselheiro Leonardo pergunta, imaginamos que tivesse acontecido a cirurgia de catarata se estaria mesmo Capítulo ou não. A Sra. Mônica responde que vai depender de como for cobrado. Porque a cirurgia de catarata não exige que o paciente fique internado, explica as várias formas que pode ser cobrado o procedimento. Diz que se os Conselheiros tiverem alguma dúvida poderá fazer um relatório mais detalhado sobre essa questão de oftalmologia no relatório anual de gestão. O Presidente afirma que sim, a questão do desenvolvimento de trabalho dessa demanda de oftalmologia dentro do município. O Conselheiro Antônio Carlos, pergunta se tem convênio com qual setor, afirma ter muitas demandas desse tipo de serviço e não saber como responder quem está fazendo, qual o setor que está sendo conveniado. A Sra. Mônica afirma estar anotando as dúvidas que fazer um relatório incluindo a questão do covid-19, detalhadamente e a questão da oftalmologia escrevendo um



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

48 relatório convênios, contratos e execuções, demanda reprimida. O Conselheiro Antônio Carlos
49 lembra que existe pessoas esperando há 02 anos por atendimento de oftalmologia e cirurgia de
50 catarata. A Secretária Executiva Laudeci informa que a respeito da demanda reprimida e
51 atendimento fora do município, o Conselho já envio um ofício para Secretaria de Saúde solicitando
52 essas informações, mas que não foi respondido ainda. A Sra. Mônica informa que Relatório anual
53 de gestão é mais amplo e detalhado, essa apresentação é uma síntese reduzida dos gastos,
54 procedimentos, contratos e convênios, afirma está trabalhando com a Coordenadora da Central de
55 Regulação em cima da portaria 1631 que cuida os parâmetros assistenciais para fazer uma
56 programação dos profissionais e exames necessários para atender a população, esse estudo está
57 sendo incorporado ao o novo Plano Municipal de Saúde e que vai fazer parte das Programações
58 Anuais de Saúde visando reduzir essas dificuldades. Afirma que nas pré-conferências a grande
59 demanda era a agilidade nas marcações de exames, segue apresentando os dados da Atenção básica,
60 informando que tem alguns procedimentos dentro da Atenção básica que não tem valores,
61 procedimentos e valor na urgência e emergência, UPA, Ambulatório Péricles Siqueira Ferreira,
62 CDT, NASF, USF e Consultório de Rua, cita outros aparelhos públicos da saúde. O Conselheiro
63 Leonardo pergunta se no município só tem uma ambulância disponível atendimento. A Sra. Mônica
64 responde que temos uma ambulância avançada de alta complexidade, com equipe completa, três
65 ambulância básica USB e uma motolância. O Conselheiro Leonardo afirma desconhecer esse termo,
66 pergunta se tem atendimento de motocicleta. A Sra. Mônica explica em quais caso é usado e quais
67 procedimentos podem ser usado a motolância até a chegada da ambulância. A Sra. Mônica afirma
68 que não houve auditoria externa nesse período talvez pela pandemia. Continua falando que em
69 relação a Pactuação Interfederativa que são os indicadores de saúde, com o Ministério da Saúde e
70 Secretaria Estadual de Saúde passa pelo Conselho para validação, explica a cobertura populacional
71 estimada pelas equipes de atenção básica, a necessidade de ampliação das equipes, cobertura
72 populacional estimada da saúde bucal. Afirma só ter havido um óbito materno no período, fala dos
73 partos normais no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar. Faz uma demonstração dos
74 dados das três tendas do Covid-19 durante o ano, cita as quantidades de: Atendimento, despesa de
75 medicamentos, notificações de casos positivos, exames e transferências para as unidades de saúde.
76 O Conselheiro Leonardo pergunta se os dados são de janeiro a dezembro. A Sra. Mônica responde
77 que sim, das tendas. Lembra que esses dados vão estar descritos no Relatório de Gestão de 2021
78 acrescidos dos dados das vacinas, óbitos entre outros. O Conselheiro Leonardo pergunta que os
79 valores empenhados e efetivamente usados nos tratamentos da Covid-19 aparecem nesse relatório
80 ou no relatório anual consolidado. A Sra. Mônica responde que é no Relatório Anual de Gestão,
81 continua explicando a descrição da parte financeira, demonstração da aplicação dos valores
82 mínimos, das ações da união, dos recursos aplicado na saúde, do percentual de 15% que tem ser
83 aplicado em ações e serviços públicos, previsão de valores a serem recebidos. O Conselheiro
84 Sérgio pergunta por que o Cofinanciamento do COFINS RAPS, não consta na tabela. A Sra.
85 Mônica responde que a tabela só vai demonstrar o recebimento e cálculo do percentual de quanto o
86 município tem que aplicar, diz que Cofinanciamento do COFINS RAPS, vai constar na parte de
87 receita de transferência do Estado. O Conselheiro Leonardo pergunta sobre o valor do repasse do
88 enfrentamento do Covid-19. O Conselheiro Sérgio pergunta sobre a Assistência farmacêutica
89 dispensada para o enfrentamento do Covid-19 é a mesma citada anterior. A Sra. Mônica afirma que
90 não, que é da Assistência farmacêutica da atenção básica da REMUME. O Conselheiro Leonardo
91 pergunta que em função do que aconteceu ao longo do ano o governo acabou enviando 26 milhões,
92 efetivamente o esse valor foi utilizado ou apenas recebido. A Sra. Mônica responde que nesse
93 relatório não vai está escrito dessa forma, pois é um relatório global, explica todo processo de
94 utilização do valor citado. O Conselheiro Leonardo fala das contradições entre valores previstos e



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

95 recebidos e da dificuldade em entender sua aplicação, precisamos entender não apenas a matemática
96 contábil do demonstrativo de valores e sim qual a conduta ao receber esse investimento se
97 efetivamente atendeu a finalidade do propósito no qual ele veio. A Sra. Mônica fala sobre taxa de
98 ocupação de leitos, a cobertura das vacinas, afirma que no relatório anual de gestão terá uma parte
99 só relacionada com tudo que foi gasto e adquirido na Covid-19. Continua explicando a parte das
100 despesas. O Conselheiro Leonardo cita a parte que fala de pessoal e encargos sociais 44 milhões de
101 um universo de 670 milhões, pede que de exemplo de outras despesas correntes que justifique o
102 valor anterior. A Sra. Mônica cita aquisição de medicamentos, material médico-hospitalar,
103 mobiliário, papelaria, material de escritório, entre outros, cita a diferença de aquisição de materiais
104 e despesas. A Conselheira Anna Quintanilha pergunta se a central de refrigeração das vacinas entra
105 como investimentos? A Sra. Mônica responde não saber, que precisa perguntar a Luiz Fernando,
106 explica o que faz parte de investimento. O Conselheiro Sérgio pergunta se meio bilhões de reais, só
107 foi utilizado em despesas correntes. A Sra. Mônica responde que sim, cita tudo que engloba nas
108 despesas correntes. A Conselheira e Subsecretária da Atenção Primária Dra. Claudia explica que
109 nesse material de despesa corrente entraram os EPIs que foram comprados no ano passado. São os
110 materiais descartáveis, que por determinação do Ministério Público tiveram que ser comprados em
111 grande volume. O material descartável EPI foi comprado para atender toda a rede de saúde:
112 hospitais, Consultórios odontológicos, Tendões, Atenção Básica. O Conselheiro Sérgio lembra das
113 dificuldades passada pelos funcionários, que privavam até de ir ao banheiro, por existir poucos
114 equipamentos de EPIs. A Conselheira e Subsecretária da Atenção Primária Dra. Claudia afirma que
115 foi nesse momento que Ministério Público entrou e teve que ser adquirido equipamentos, até na
116 maternidade e em todo o hospital, agora passou a ser descartável, cita os equipamentos, explica que
117 os materiais permanentes tem duração de dois anos. A Sra. Mônica explica que, essas situações vão
118 estar descritas e discriminadas, com os processos contudo no relatório anual de gestão, afirma que
119 haverá uma reunião para fazer uma discussão mais ampla, com a participação do Contador Luiz
120 Fernando, como foi realizada no ano passado na prestação de contas, pergunta ao Conselheiro
121 Leonardo se ele lembra? Continua explicando a parte dos recursos do cálculo das despesas próprias,
122 conforme a lei complementar dos recursos próprios municipais. O Conselheiro Leonardo afirma não
123 estar familiarizado com as nomenclaturas mencionadas, explica suas dúvidas e pede
124 esclarecimentos. A Sra. Mônica responde explicando passo a passo os trâmites. O Conselheiro
125 Sérgio fala que o problema são os restos a pagar, e saber quais foram as empresas que não foram
126 pagas, cita o caso ocorrido anteriormente com a OS, diz ainda que, essa análise é mais para o TCE,
127 que para o Conselho, o importante é saber se houve alguma empresa que deixou de prestar serviço
128 por falta de pagamento. A Sra. Mônica afirma está anotando os dados para ser acrescentado no
129 relatório anual como: Descrever detalhadamente os restos a pagar com a relação dos processos e,
130 frisar se houve interrupção de serviço devido ao resto a pagar. O Conselheiro Sérgio pergunta
131 sobre as pactuações da PPI, cita exemplos, pergunta se alguma teve interrupção? A Sra. Mônica
132 responde tirando as dúvidas do Conselheiro e explicando os procedimentos aplicados, diz que a
133 Coordenadora da Central de Regulação é quem faz esse acompanhamento desses repasses e
134 pagamentos. Diz que no Plano Anual de Saúde contém um capítulo sobre a PPI. O Conselheiro
135 Sérgio diz que gostaria que tivesse alguém para explicar melhor o assunto em tela para os
136 Conselheiros que é o controle social. A Sra. Mônica diz que são dados públicos e qualquer Cidadão
137 pode fazer consulta no Estado, é só entrar na página da Secretaria de Saúde, seguir em informações
138 em saúde, acompanhamento da PPI, lá está tudo que foi realizado no município, onde foi realizado
139 e valores. A Conselheira e Subsecretária da Atenção Primária Dra. Claudia fala que houve uma
140 redução de leitos de CTI, dos serviços e as cirurgias eletivas por conta da própria pandemia, em
141 relação as cirurgias eletivas vai estar retornando ao normal a partir de amanhã. afirma que foram



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

exigidos das OSs mais recurso material e EPIs, e que na semana passada teve a aquisição de mais de 30 mil testes rápidos de antígeno por conta dessa nova onda da variante. A Sra. Mônica continua explicando o demonstrativo do cumprimento da lei 141 que veio da antiga emenda constitucional 29 que define o percentual mínimo de aplicação de recursos próprios da primeira planilha IPTU, ISS, ICMS e IPVA de um município arrecada, diz que o município aplicou 63,65% e cumpriu aplicação mínima de recurso próprio, termina a apresentação informando que amanhã às 14 horas, vai fazer essa mesma apresentação em audiência pública, que até o dia 30 de Março estará encaminhando para o Conselho por meio magnético e físico o relatório anual de gestão, que anotou as dúvidas que os Conselheiros tiveram em relação a apresentação e aos detalhes de vão de fazer necessários no relatório anual de gestão. O Presidente diz que não tem nenhuma ponderação para colocar no que foi apresentado, há não ser o que já foi pontuado antes. O Conselheiro Leonardo, agradece e parabeniza a Sra. Mônica pelo trabalho e desempenho, bem como todos outros Conselheiros. A Sra. Mônica agradece e diz que cumpriu os ritos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, e o mais importante é saber o que o Conselho espera de informação. O Presidente Bruno agradece a Sra. Mônica pela apresentação e a presenças dos Conselheiros, encerra reunião às 16h 25min horas (dezesesseis horas e vinte e cinco minutos) da qual, eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavro a presente ata que, por expressar a verdade, dato e assino juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 15 de fevereiro de 2022. XX

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente Interino

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Rogério Amaro da Silva
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Maria Catarina dos Santos Cunha
Usuária- Ass. Comercial de Maricá
Secretária Geral

Claudia Rogéria de Lima Souza
Gestor – Sec. de Saúde

Leonardo Lemos Picini
Usuário - Ass. de Morad. E Amigos das Colinas
de Maricá – 1º Distrito

Adriana Domingues Picanço
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária NOVA

Marcos de Souza Pires
Ass. Médica de Maricá

Luís Paulo da Silva
Usuário – Centro Comunitário de Cordeirinho
2º Distrito

Sérgio Henrique Vieira Campelo
Ass. Pestalozzi de Maricá

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV

Rodrigo Cantini
Ass. Médica de Maricá

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá